

CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

10.º Encontro CECPC

“NA DEFESA DO FUTURO”

Os signatários, por ocasião da realização, no Rio de Janeiro - Brasil, da 10.ª Assembleia Geral do CECPC-CICPC (Conselho de Associações Profissionais de Engenheiros Civis de Língua Portuguesa e Castelhana), acordaram e decidiram emitir a presente Declaração do Rio de Janeiro:

UMA VONTADE COMUM

Os países e territórios de língua oficial portuguesa e castelhana, num total de trinta e dois e com uma população falante de 900 milhões de pessoas, têm um passado e raízes culturais comuns. Esta junção, se vista como uma comunidade internacional, é atualmente a mais numerosa, estando presente nos cinco continentes.

Os objetivos a alcançar, reforçados pelas recomendações da ONU como objetivos de desenvolvimento sustentável, estabelecem a satisfação das necessidades básicas das populações e o processo de desenvolvimento para a melhoria das condições de vida, encontrando na Engenharia Civil um recurso indispensável na materialização da sua concretização.

Para esta concretização, tem sido importante estabelecer alianças sólidas e estáveis entre aqueles engenheiros que tanto têm em comum.

Como se reconhece na Declaração de Lisboa, em março de 2008, concebe-se a Engenharia Civil como Profissão de Serviço Público, aberta à colaboração multidisciplinar, desenvolvida por uma formação de excelência, pelo menos de 5 anos, com uma boa base generalista; defendendo a necessidade da existência

DECLARACIÓN DE RIO DE JANEIRO

10.º Encuentro CICPC

“EN DEFENSA DEL FUTURO”

Los abajo firmantes, con motivo de la celebración en Rio de Janeiro - Brasil, de la 10.ª Asamblea General del CICPC-CECPC (Consejo de Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles de Lengua Portuguesa y Castellana han todos decidido e acordado y decidido la presente Declaración de Rio de Janeiro:

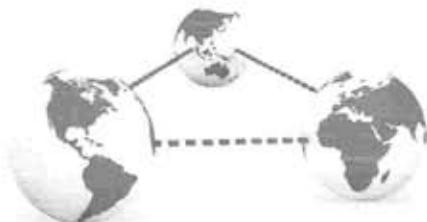
UN DESEO COMÚN

El cuerpo cultural común de los países y territorios de lengua oficial portuguesa y castellana, en un total de treinta y dos y con una población hablante de 900 millones de personas, hace necesario el diálogo natural en pie de igualdad entre sus instituciones con el fin de poder mostrar propuestas comunes ante la comunidad internacional.

Los objetivos a alcanzar, reforzados por su redefinición como Objetivos de Desarrollo Sostenible de NNUU – Naciones Unidas, establecen la satisfacción de las necesidades básicas de las poblaciones y el proceso de desarrollo para la mejora de las condiciones de vida, encontrando en la Ingeniería Civil, una herramienta fundamental para su consecución mediante medidas concretas.

Para esta concreción, es necesario establecer alianzas sólidas y estables entre quienes tenemos tanto en común.

Las premisas comunes de las organizaciones integrantes recogidas en la Declaración de Lisboa de marzo de 2008, de concepción de la Ingeniería civil como profesión de servicio público abierta a la colaboración multidisciplinar, desarrollada sobre una formación de excelencia de al menos 5 años con de buena base



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

e do papel insubstituível de Associações Profissionais de Engenheiros Civis, valorizando a formação continua dos seus profissionais e fomentando o exercício ético mediante a aplicação de Código Ético e Deontológico que garanta a satisfação do interesse público através da segurança e proteção face à extração profissional; a eficiência no uso de recursos e a sua proteção, bem como a redução da vulnerabilidade face aos desastres naturais e mudanças climáticas de âmbito global.

A ENGENHARIA NO FUTURO

Nas Declarações de Encontros anteriores do CECPC-CICPC refere-se a preocupação que os Engenheiros Civis partilham com o desenvolvimento sustentável, com as alterações climáticas e com a economia circular. Para o efeito, disponibilizam a sua capacidade tecnológica e experiência para a consecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas 169 metas, contemplados na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da ONU.

Na presente reunião do Rio de Janeiro, realizada a 14 de março de 2019, a CECPC-CICPC centrou-se especialmente sobre estes aspectos

1. Exercício ético de la actividad profesional e a independência da acción técnica.
2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – desafios para aa Engenharia Civil
3. Igualdades de género na ingeniería civil
4. Marcos de colaboración establecidos pelas Asociaciones miembros;
 - Mobilidade profissional;
 - Aposte na dignidade e qualificação do engenheiro;
 - Igualdad de género;
 - Envolvimento de Jovens Engenheiros e atratividade para cursos de engenharia;
 - Apoio a engenheiros de países em situações delicadas.

A este respeito, o CECPC-CICPC manifesta:

SOBRE ÉTICA E PRÁTICA PROFISSIONAL E INDEPENDENCIA TÉCNICA

generalista; gestionada su regulación mediante Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles, ofreciendo formación continuada a sus profesionales y fomentando el ejercicio ético mediante el establecimiento de un Código ético y deontológico, que garantice el interés público a través de la protección frente a la suplantación profesional; la eficiencia en el uso de recursos y su protección y la reducción de vulnerabilidad frente a desastres naturales y al cambio climático son extrapolables al ámbito global.

LA INGENIERÍA EN EL FUTURO

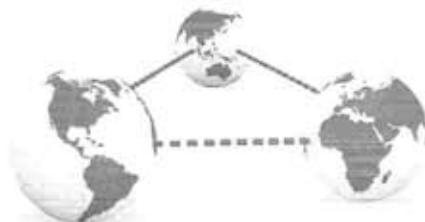
En declaraciones de encuentros anteriores del CICPC-CECPC, se refiere la preocupación que los Ingenieros Civiles comparten por el desarrollo sostenible, el cambio climático y la economía circular. Por ello, se ofrece la suya capacidad tecnológica y experiencia para la consecución de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y sus 169 metas, reflejados en la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible de la ONU, aprobados por Asamblea General de septiembre de 2015.

En el presente Encuentro de Cancún, celebrado el día 26 de abril de 2018, el CICPC-CECPC se ha centrado especialmente en estos aspectos:

- Ejercicio ético de la actividad profesional y independencia de la acción técnica.
- Objetivos de Desarrollo Sustentable de NNUU – retos para la Ingeniería Civil
- Igualdad de género en ingeniería civil
- Marcos de colaboración establecidos por las Asociaciones miembros:
 - Movilidad profesional;
 - Apuesta en la dignidad y calificación del ingeniero;
 - Igualdad de género:
 - Involucración de Jóvenes ingenieros y atraktividade para carreras de ingeniería;
 - Apoyo a ingenieros de países em situaciones complejas.

A este respecto, el CICPC-CECPC manifiesta:

SOBRE LA ÉTICA Y EL EJERCICIO PROFESIONAL Y INDEPENDENCIA TÉCNICA



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

Ética, entendida como uma honestidade moral e intelectual é parte indivisível da prática profissional e que a ausência deles contribui para a pobreza de uma profissão, empresa ou nação, para a perda de fontes de trabalho, má distribuição da riqueza e ao declínio da qualidade de vida dos habitantes atingindo os extremos, por vezes colocando em risco a vida das populações. Por esta razão, a má prática profissional deve ser sempre questionada, independentemente da ação incorrida, fazendo sempre extensível a comunicação da sanção deontológica, às autoridades adequadas.

SOBRE AS AUTORIDADES ACADÉMICAS E GOVERNAMENTAIS

Sem o prejuízo do dever de educar as futuras gerações de profissionais inculcar princípios éticos, bem como conhecimentos técnicos, as autoridades governativas ou académicas, não devem ter a aplicação exclusiva da definição do âmbito de competência profissional da engenharia civil. O incremento de conhecimentos necessários, não serve de desculpa para a segmentação do âmbito de competências profissionais na engenharia civil, sendo o entendimento que há a necessidade de uma formação continua dos engenheiros devido à exigência que a atualização técnica que requer à profissão. A participação ativa e conjunta das associações profissionais é desejável, tendo em vista bons planos de estudo.

Recomenda-se o envolvimento dos governantes na defesa da qualidade do ensino, como exigência e distinção

A execução de obras públicas e privadas requer conhecimentos e competências especiais que se adquirem através do estudo da engenharia civil. A falta de profissionais em períodos de fortes investimentos em infraestruturas nos distintos países, gera uma menor observância das normas relativas ao controlo do exercício profissional a discussão de possíveis propostas de desregulação profissional. É dever das autoridades assegurar que os profissionais que intervêm nas obras públicas e privadas se encontram devidamente registados e exerçam a profissão de forma legal, assegurando uma concorrência leal e justa, assim como a garantia da conceção, execução e utilização adequada.

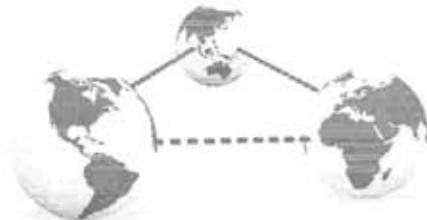
Que la ética, entendida como honestidad moral e intelectual, es parte indivisible del ejercicio profesional y que su ausencia contribuye a la pobreza de una profesión, empresa o nación, a la pérdida de fuentes de trabajo, a la mala distribución de la riqueza, y a la baja de la calidad de vida de los habitantes llegando a los extremos de poner en riesgo la vida. Por dicha razón, la mala práctica profesional debe ser perseguible independientemente de la jurisdicción en la que se incurra, haciendo extensible la comunicación de sanción deontológica globalmente a las autoridades competentes en cada caso.

SOBRE LAS AUTORIDADES ACADÉMICAS Y GUBERNAMENTALES

Que sin perjuicio del deber de formar a las futuras generaciones de profesionales inculcando los principios éticos además de los conocimientos técnicos, las autoridades gubernativas o académicas no deben tener la potestad exclusiva en la definición del ámbito competencial profesional de la ingeniería civil. El incremento de conocimientos necesarios no es excusa para la segmentación del ámbito competencial profesional de la ingeniería civil, si bien es entendible la necesidad de una formación continua del profesional sobre la exigencia de actualización técnica que requiere la profesión. La participación activa y conjunta de las asociaciones profesionales es deseable para el armado de buenos planes de estudio que deben contemplar los principios básicos y también los nuevos desarrollos.

Se recomienda el involucramiento de los políticos en defensa de la calidad de la enseñanza como exigencia y marca distintiva.

La ejecución de obra pública requiere de habilidades y competencias especiales que se adquieren a través del estudio de la ingeniería civil. La falta de los profesionales en períodos de fuerte inversión en infraestructuras en distintos países, genera una menor observancia de las normas relativas al control del ejercicio profesional e incluso la discusión de posibles propuestas de desregulación profesional. Es deber de las autoridades asegurar que los profesionales intervenientes en las obras públicas y privadas se encuentren adecuadamente registrados y ejerzan la profesión legalmente asegurando una competencia leal y justa, como garantía de concepción, ejecución y utilización adecuada.



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO NA ENGENHARIA CIVIL

A incorporação de mulheres na atividade profissional da engenharia civil é heterogénea nos diferentes países membros, ainda que de verifique de um modo geral, que a incorporação de mulheres no sector tem aumentado nos últimos anos. Esta tendência deve manter-se e fomentar-se também naqueles países onde a participação da mulher ainda não tem a importância devida, dando-lhe igualdade de oportunidades e de reconhecimento profissional.

SOBRE A ECONOMIA CIRCULAR, AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A GARANTIA DE UM ESPAÇO URBANO SUSTENTÁVEL

A repercussão das alterações climáticas esperadas recae no âmbito de competência direta da engenharia civil. A própria comunidade profissional deve ter a consciência do seu papel para a adaptação e mitigação do risco, para que o respetivo papel ativo possa ser transmitido à própria sociedade. Esta mitigação e adaptação só pode ser levada a cabo pela aportação de meios de instituições globais, nacionais e locais no seu compromisso com a iniciativa.

A partir do momento que cerca de metade da população mundial atual vive em áreas urbanas e se prevê que em 2050 chegará aos dois terços, é necessário assegurar a garantia de um espaço urbano sustentável como esta estabelecido na Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat pelo que se requer a imposição de práticas políticas de redução e gestão dos riscos e desastres e a sua mitigação, aumentando a sua resiliência e a capacidade de resposta perante os perigos naturais e antropogénicos. Esta dimensão também envolve a engenharia civil.

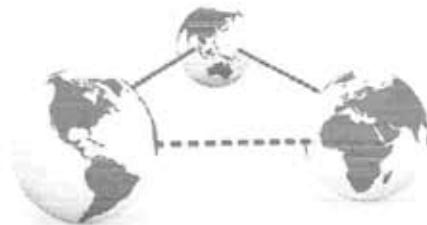
SOBRE LA IGUALDAD DE GÉNERO EN LA INGENIERÍA CIVIL

La incorporación de la mujer en la actividad profesional de la ingeniería civil es heterogénea en los distintos países miembros, si bien se observa de manera general, que la incorporación de la mujer al sector ha aumentado en los últimos años. Esta tendencia debe mantenerse y fomentarse también en aquellos países en los que la participación de la mujer aun no tiene la debida importancia, reconociendo igualdad de oportunidades y de reconocimiento profesional.

SOBRE LAS ALTERACIONES CLIMÁTICAS Y SU MITIGACIÓN Y LA CONSECUCIÓN DE UN ESPACIO URBANO SOSTENIBLE

La repercusión de las alteraciones climáticas esperadas recae en el ámbito de competencia directa de la ingeniería civil. La propia comunidad profesional debe ser consciente de su rol clave para la adaptación y mitigación del riesgo, para que dicho rol activo pueda ser transmitido a la propia sociedad. Esta mitigación y adaptación sólo puede ser llevada a cabo por la aportación de medios de las instituciones globales, nacionales y locales en su compromiso con esta iniciativa.

Toda vez que la mitad de la población mundial actual reside en áreas urbanas y se prevé que para 2050 llegará a los dos tercios, es necesario abordar la consecución de un espacio urbano sostenible como así establece la Nueva Agenda Urbana de NNUU-Hábitat, para la que se requiere poner en práctica políticas de reducción y gestión de los riesgos de desastres y su mitigación, aumentando su resiliencia y la capacidad de respuesta ante los peligros naturales y antropogénicos. Esta dimensión de esta nueva agenda urbana recae de manera principal sobre la disciplina y profesión de la ingeniería civil.



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

DECLARAÇÃO – RIO DE JANEIRO

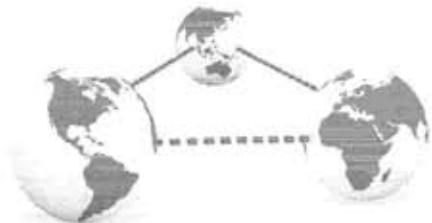
Em consequência, as associações abaixo signatárias ratificam as declarações anteriores em todo e adicionalmente declarar:

1. É relevante a defesa da profissão, sobretudo contra todas as ingerências de outros profissionais sem qualificações e também reforçar o prestígio da profissão de Engenheiro Civil.
2. É de suma importância que as associações profissionais impulsem a formação ética continua dos profissionais da engenharia civil promovendo a credibilidade e a transparência de práticas profissionais.
3. as Universidades, com a colaboração das Associações Profissionais têm a obrigação de atualizar conteúdos formativos para dar resposta aos novos desafios e avanços tecnológicos, promovendo a atratividade para a aprendizagem da Engenharia Civil.
4. a incorporação das mulheres na profissão deve ser fomentada de forma equitativa, eliminando as barreiras e obstáculos e fomentando a sua participação ativa nos desígnios da engenharia.
5. a dinamização de grupos de jovens engenheiros nas atividades de engenharia, como fonte de novos desafios e de rejuvenescimento da profissão de engenheiro civil.
6. os governos devem exigir e fazer cumprir as normas que assegurem o exercício legal da profissão, tal como o registo adequado nas matrículas profissionais correspondentes, dadas as nossas grandes responsabilidades relacionadas com a gestão de riscos, a segurança das pessoas e bens, assim como o ambiente.
7. a mobilidade profissional dos engenheiros civis, deve permitir o exercício legal, temporário ou continuo, permitindo o crescimento dos profissionais e empresas, sejam locais ou do outros países, seja dos países de destino, privilegiando sempre os

DECLARACIÓN

En consecuencia, las asociaciones abajo firmantes ratifican en un todo las precedentes Declaraciones y adicionalmente declaran que:

1. Es de suma importancia la defensa de la profesión, sobre todo contra todas las invasiones de otros profesionales sin calificaciones y también reforzar el prestigio de la profesión de Ingeniero Civil.
2. es de suma importancia que los colegios y consejos impulsen la formación ética continua de los profesionales de la ingeniería civil promoviendo la credibilidad y transparencia de prácticas profesionales.
3. las Universidades, con la colaboración de las Asociaciones Profesionales, se encuentran en la obligación de actualizar los contenidos formativos para dar respuesta a los nuevos retos y avances tecnológicos, promoviendo la atraktividad para carreras de Ingeniería Civil.
4. la incorporación de la mujer a la profesión debe ser alentada de forma equitativa, eliminando las barreras y trabas a los problemas inherentes fomentando su participación activa en los retos de la ingeniería.
5. El fomento de la participación del colectivo de jóvenes ingenieros en las actividades gremiales y de representación, como respuesta a nuevos desafíos y el rejuvenecimiento de la profesión de ingeniero civil.
6. los gobiernos deben exigir y hacer cumplir las normas que aseguran el ejercicio legal de la profesión, tal como el registro adecuado en las matrículas profesionales correspondientes, dadas nuestras grandes responsabilidades relacionadas con la gestión de riesgos, la seguridad de las personas y los bienes, y el ambiente.
7. La movilidad profesional de los ingenieros civiles, debe permitir el ejercicio legal temporal o permanente, permitiendo el crecimiento de los profesionales y empresas, sean locales o de otros países, privilegiando siempre los de países



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

países em desenvolvimento.

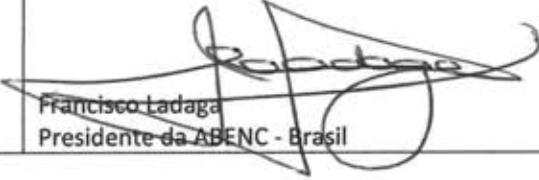
8. Dá-se particularmente enfase à precariedade dos engenheiros da Venezuela, merecedores do reconhecimento e solidariedade dos membros do CECPC-CICPC, cuja mobilidade e integração se reconhecem e estabelecem através do CIV-Colégio de Engenheiros da Venezuela.
9. qualquer atuação de adaptação e mitigação de riscos derivados das alterações climáticas, requer previamente a compilação de uma fonte continua e fiável de dados anteriores sobre o que constitui possíveis estimativas de risco e a ação adequada para a sua adaptação ou mitigação.

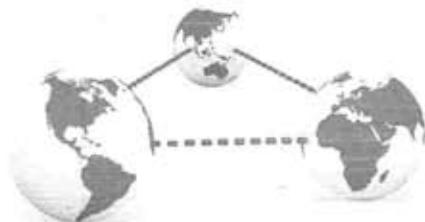
Rio de Janeiro, 14 de março de 2019

en desarrollo.

8. Se destaca la precaria actividad profesional de la ingeniería civil en Venezuela, siendo merecedores de reconocimiento y solidaridad de los miembros del CECPC-CICPC, cuya movilidad e integración se establecen a través del Colegio de Ingenieros Civiles de Venezuela - CIV.
9. cualquier actuación de adaptación y mitigación de riesgos derivados de las alteraciones climáticas, requiere de manera previa de la recopilación de una fuente continua y fiable de datos previos sobre la que constituir posibles estimaciones de riesgo y la acción adecuada para su adaptación o mitigación.

Rio de Janeiro, 14 de marzo de 2019

 Carlos Mineiro Aires Presidente do CECPC-CICPC y Bastonário OE de Portugal	 Juan Antonio Santamera Sánchez Presidente del CICCP – España y Vicepresidente del CICPC-CECPC
 Jorge E. Abramian Presidente Electo del WCCE- Consejo Mundial de Ingenieros	 María Teresa Pino Presidente de UPADI- Unión Panamericana de Ingenieros
 Herculano Miguel Presidente del CEC – OEA - Angola	 Enrique Sgrelli Presidente del CPIC – Argentina
 Joel Krüger Presidente da CONFEA - Brasil	 Francisco Ladaga Presidente da ABENC - Brasil



CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E CASTELHANA
CONSEJO DE ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y CASTELLANA

	 Victor Coutinho Presidente da OECV -Cabo Verde (representado pelo Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Portugal – Carlos Mineiro Aires)
	 Germán Pardo Presidente de SCI – Colômbia (representado pelo Vice Presidente da Ordem dos Engenheiros de Portugal – Fernando de Almeida Santos)
	 Kyra Bueno Risco Presidente de la SIC (UNAAC) – Cuba
	 Adrián Benjamín Representante de la FECIC – Mexico
	 María Teresa Pino Representante de CPI – Centro Paraguayo de Ingenieros
	 Cesar Benoliel Presidente da ALAEST – Associação Latino Americana de Engenheiros de Segurança do Trabalho